

HABEAS CORPUS Nº 568.210 - RS (2020/0073167-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : MARCELO DE VARGAS SCHERER E OUTROS
ADVOGADOS : MARCELO DE VARGAS SCHERER - RS096494
GLÁUCIA CRISTINA NUNES MACARTHY - RS082685
GUILHERME VARGAS DA SILVA PINTO - RS108762
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JEAN VINICIUS JARDIM (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JEAN VINICIUS JARDIM, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 0047956-07.2020.8.21.7000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, convertido em preventiva e, em 24/5/2019, restou condenado às penas de 11 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006, e no art. 16, parágrafo único, da Lei 10.826/2003 (tráfico de drogas, associação para o narcotráfico e posse de arma de fogo com numeração suprimida). Na ocasião o Juiz sentenciante manteve a custódia do réu.

Em apelação, julgada em 17/12/2019, o Tribunal Estadual negou provimento ao reclamo defensivo. Ainda, os embargos de declaração opostos foram rejeitados em 11/3/2020.

Na sequência, a defesa impetrou *mandamus* perante o Tribunal de origem, buscando a reanálise da prisão preventiva do paciente, ante a perda da cautelaridade, destacando, ainda, o risco de contaminação pelo vírus Covid-19. Todavia, a ordem foi denegada em decisão monocrática do Desembargador Relator, que entendeu pela incompetência daquela Corte, determinando a remessa dos autos a esta Corte Superior.

Na presente impetração, destaca a ilegalidade da decisão ora impugnada, ressaltando que não houve manifestação anterior da Corte de origem acerca da necessidade de manutenção da prisão preventiva, após mais de 20 meses de prisão

preventiva, razão pela qual o pedido deveria ter sido conhecido.

Reitera que a impetração não questionou os fundamentos utilizados para a decretação da prisão preventiva, mas sim a análise acerca da necessidade da sua manutenção, não havendo, portanto, reiteração de pedido já examinado naquela Corte.

Acrescenta que até o presente momento não se iniciou o prazo para a interposição dos recursos especial e extraordinário.

Sustenta que a prisão preventiva do paciente é desnecessária, devendo ser revista, considerando que já dura mais de 20 meses. Aduz ser inconstitucional a execução provisória da pena, nos termos do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADCs 43, 44 e 54.

Pondera a situação de pandemia causada pelo vírus do Covid-19, ressaltando o risco de contaminação do paciente, inserido no sistema prisional, especialmente diante do quadro de superlotação e de higiene precária vivenciado pelo estabelecimento no qual se encontra detido. Invoca a aplicação da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Requer, em liminar e no mérito, a cassação da decisão proferida nos autos do HC 0047956-07.2020.8.21.7000, determinando que seja analisado o pedido liminar constante da impetração. Subsidiariamente, pugna pela revogação da prisão preventiva do paciente.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, não há falar em análise das alegações trazidas pelo impetrante em sede de *habeas corpus*, sob pena de se incidir em supressão de instância, considerando que não foram examinadas pelas instâncias ordinárias.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DE AUTORIA E MATERIALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA EM HABEAS CORPUS. MATÉRIAS RELATIVAS À USO DE ALGEMAS, ILEGITIMIDADE DE PROVAS, INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, EXCESSO DE PRAZO, PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR E DE EXTENSÃO DE EFEITOS DE WRIT CONCEDIDO A OUTRO CORRÉU NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. TEMAS NÃO

APRECIADOS PELO TRIBUNAL A QUO. PRISÃO PREVENTIVA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. PACIENTE INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

2. As matérias relativas ao uso de algemas, ilegitimidade de provas e interceptação telefônica sem autorização judicial, excesso de prazo, bem como o pedido de prisão domiciliar e de extensão de efeitos de writ concedido a outro corréu na origem não foram objeto de análise do Tribunal estadual. Então, esses temas não poderão ser conhecidos por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

3. O decreto prisional tem fundamento na gravidade do crime, evidenciada nas circunstâncias fáticas, pois há indicação de que o paciente distribui, mantém e transporta drogas como integrante de organização criminosa, ligada com a Facção "Os Manos", a qual detém complexa estrutura, atuação em várias localidades, movimenta quantidades expressivas de dinheiro e drogas, bem como está relacionada com a prática de outros crimes, como roubo e homicídio, de modo que não se verifica ilegalidade na decisão recorrida.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC 119.418/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 21/02/2020).

De outro lado, verifica-se dos autos que, embora tenha sido julgado o recurso de apelação, bem como os respectivos embargos de declaração, sequer foi aberto prazo para a interposição de recurso especial, razão pela qual não está aberta a jurisdição desta Corte Superior, quantos aos pedidos incidentes ocorridos na ação penal.

Nesse contexto, considerando que o feito ainda está em trâmite perante a Corte Estadual, permanece sua competência para análise de pedidos urgentes relativos à referida ação penal, devendo, portanto, o Desembargador Relator analisar os pedidos submetidos à sua apreciação.

Diante do exposto, defiro a liminar para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul analise, com urgência, o pedido submetido à sua apreciação, nos autos do 0047956-07.2020.8.21.7000.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator